



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

PORTARIA CFN Nº 16, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

Designa o advogado ADRIANO RODRIGUES PEREIRA para exercer emprego de livre provimento e demissão e dá outras providências.

A Vice-Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, o Decreto nº 84.444, de 30 de janeiro de 1980, o Regimento Interno aprovado pela Resolução CFN nº 320, de 2 de dezembro de 2003, e em conformidade com o Normativo de Pessoal – CARGOS DE LIVRE PROVIMENTO aprovado pela Portaria CFN nº 20/2009, de 22 de dezembro de 2009, com a Resolução CFN nº 524, de 25 de abril de 2013, e com a Portaria CFN nº 17, de 20 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, com efeitos retroativos, em conformidade com o Normativo de Pessoal – CARGOS DE LIVRE PROVIMENTO, aprovado pela Portaria CFN nº 20/2009, de 22 de dezembro de 2009, com a Resolução CFN nº 524, de 25 de abril de 2013, e com a Portaria CFN nº 17, de 20 de outubro de 2015, o advogado **ADRIANO RODRIGUES PEREIRA** para exercer o emprego de livre provimento e demissão de Coordenador da Unidade Jurídica do CFN.

Art. 2º. Atribuir ao advogado **ADRIANO RODRIGUES PEREIRA**, em razão do exercício do emprego de livre provimento e demissão de que trata o art. 1º antecedente, a remuneração no valor de R\$ 14.495,59 (quatorze mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 3º. Sem prejuízo do disposto nas normas de regência, o exercício do emprego de livre provimento e demissão de que trata o art. 1º atenderá ao seguinte:

I - a jornada de trabalho contratual será de 40 (quarenta) horas semanais;

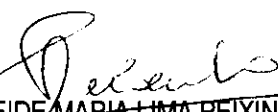
II - a prestação de serviços atenderá ao que dispõe o Anexo III da Portaria CFN nº 17, de 20 de outubro de 2015;

III - o contrato de trabalho será regido pela Resolução CFN nº 524, de 25 de abril de 2013, pela Portaria CFN nº 17 de 20 de outubro de 2015, e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único. Ao profissional designado nesta Portaria serão deferidos, mediante opção, os benefícios admitidos aos ocupantes de empregos de livre provimento e demissão do CFN na regulamentação própria.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data com efeitos retroativos a 23 de julho de 2018.

Brasília, 5 de setembro de 2018.


ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO
Vice-Presidente do CFN
CRN-1/205